

LAUDO TÉCNICO DE ACESSIBILIDADE

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VARGEM ABRIL 2024

Local: **SEDE DO CRAS**

Endereço: RUA JOSÉ LOPES RIOS, N.º 55 – CENTRO – VARGEM – SP

Sumário

LAUDO TÉCNICO DE VISTORIA – ACESSIBILIDADE.....	3
1. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO.....	3
2. OBJETIVO	4
3. METODOLOGIA UTILIZADA.....	4
4. ABREVIATURAS.....	5
5. CARACTERIZAÇÃO DA EDIFICAÇÃO	6
6. ANÁLISE GERAL.....	7
6.1. ESTACIONAMENTOS.....	7
6.1.1. Principais Requisitos – Estacionamentos.....	7
6.1.2. Parecer geral – Estacionamentos	10
6.1.3. Adequações a serem realizadas – Estacionamentos.....	11
6.2. CIRCULAÇÃO EXTERNA E TRAVESSIA DE PEDESTRES	11
6.2.1. Principais Requisitos – Travessia de pedestres	11
6.2.2. Parecer geral – Travessia de pedestres.....	16
6.2.3. Adequações a serem realizadas – Travessia de pedestres.....	17
6.3. ACESSO E CIRCULAÇÃO.....	17
6.3.1. Principais Requisitos – Acesso e circulação.....	17
6.3.2. Parecer geral – Acesso e circulação.....	19
6.3.3. Adequações a serem realizadas – Acesso e circulação.....	25
6.4. ESCADAS E RAMPAS	27
6.4.1. Principais Requisitos – Escadas e rampas.....	27
6.4.2. Parecer geral – Escadas e rampas	28
6.4.3. Adequações a serem realizadas.....	29
6.5. BANHEIROS.....	31
6.5.1. Principais Requisitos – Banheiro.....	34
6.5.2. Parecer geral – Banheiros.....	34
6.5.3. Adequações a serem realizadas – Banheiros	35
6.6. MOBILIÁRIO.....	36
6.6.1. Principais Requisitos – Mobiliário.....	36
6.6.2. Parecer geral – Mobília.....	38
6.6.3. Adequações a serem realizadas – Atendimento ao público.....	41
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
8. ENCERRAMENTO.....	42

LAUDO TÉCNICO DE VISTORIA - ACESSIBILIDADE

1. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO:

- 1.1. Interessado: MUNICÍPIO DE VARGEM1.2.
CNPJ: 67.160.507/0001-83
- 1.2. Imóvel objeto da vistoria: SEDE DO CRAS Á RUA JOSÉ LOPES RIOS, N.º 55
CENTRO – VARGEM – SP

3



FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DA SEDE DO CRAS Á RUA JOSÉ LOPES RIOS, N.º 55 – CENTRO – VARGEM – SP
(Fonte: Google Earth).

2. OBJETIVO:

O presente Laudo tem por objetivo avaliar as condições em relação a acessibilidade das instalações da SEDE DO CRAS, atestando as condições favoráveis e/ou apontando desconformidades, e ainda, indicando as referências normativas para adequações das condições desconformes.

3. METODOLOGIA UTILIZADA:

Para a elaboração deste Laudo foram realizadas vistorias *in loco*, observando as questões relativas a acessibilidades, tendo como base o seguinte:

- Estacionamentos.
- Circulação e travessia de pedestres.
- Acesso e circulação.
- Escadas e rampas.
- Banheiros.
- Mobiliário.

Este Laudo foi elaborado com base na legislação específica sobre acessibilidade, em vigor na esfera federal e estadual.

- Lei Federal 10.098 de 19/12/2000; estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- Decreto Federal 5.296 de 2004; estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- Lei Estadual 12.548 de 27/02/2007; consolida a legislação relativa ao idoso.

- Lei Federal 13.146 de 06/07/2015; institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- Decreto Federal 9.404 de 11/06/2018; dispõe sobre a reserva de espaços e assentos em teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, locais de espetáculos e de conferências e similares para pessoas com deficiência, em conformidade com o art. 44 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- Decreto Federal 10.014 de 06/09/2019; estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- NBR 9050:2015 da ABNT – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
- NBR NM 313 - Elevadores de passageiros – Requisitos de segurança para construção e instalação – Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência.
- Resolução 236/07 do Contran - Aprova o Volume IV – Sinalização Horizontal, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito.

4. ABREVIATURAS:

- M.R. - Módulo de Referência;
- P.C.R. - Pessoa em Cadeira de Rodas;
- P.M.R. - Pessoa com Mobilidade Reduzida;
- P.O. - Pessoa Obesa;
- P.D.V - Pessoa com Deficiência Visual;
- S.I.A. - Símbolo Internacional de Acesso.
- A.B.N.T. - Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- N.B.R. - Normas Brasileiras Regulamentadoras.

5. CARACTERIZAÇÃO DA EDIFICAÇÃO:

O terreno ocupado pela edificação que abriga a EMEI Josephina Parro Negretti, faz frente e é acessado pela Rua Euclides Federighe, fundos com a Rua José Lopes Rio e fundos com a Rua Pedrina Panizza. A edificação possui único pavimento, se divide em 2 blocos e área externa para espaço recreacional. O acesso principal ao imóvel, e que serve ao público em geral, é feito através da Rua Euclides Federighe. Possui estacionamento na frente e nos fundos com a Rua Pedrina Panizza.



FOTO 1 – FACHADA PRINCIPAL DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL JOSEPHINA PARRO NEGRETTI (Fonte: Tobias Soares Bádue).

6. ANÁLISE GERAL:

Com base na caracterização do imóvel descrita no tópico anterior, seguiremos com a análise dos itens relativos a acessibilidade do imóvel. A descrição de cada item seguirá uma forma padronizada, onde primeiramente caracterizaremos a situação objeto da análise, posteriormente serão descritos os principais requisitos que tangem a análise, na sequência será disposto um parecer geral, onde também serão apontadas as desconformidades, e o encerramento de cada item se dará com a determinação dos itens a serem adequados e as referências para a execução das adequações.

6.1. ESTACIONAMENTOS:

Dimensionamento em relação a quantidade de vagas especiais:

- 2% do total de vagas de estacionamentos, observando no mínimo a existência de 1 vaga deve ser reservado para uso de P.C.R., conforme Lei Federal nº10.098 de 19/12/2000;
- 5% do total de vagas de estacionamento deve ser reservado para uso de idosos, conforme Lei Estadual nº12.548 de 27/02/2007.

Exigências em relação a localização das vagas:

- A vaga P.C.R. deve ser posicionada próximo aos acessos, conforme Lei Federal nº10.098 de 19/12/2000;
- As vagas para idosos devem ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade ao idoso, conforme Lei Estadual nº12.548 de 27/02/2007;
- As vagas especiais devem compor a rota acessível, na impossibilidade de execução da rota entre o estacionamento e acessos. Para vagas especiais, deverão ser previstas as distâncias de no máximo 50m de acesso acessível, conforme item 6.2.4 da NBR 9050/2021.

Exigências em relação a sinalização das vagas:

- A vaga P.C.R. deve ser devidamente sinalizada, conforme Lei Federal nº10.098 de 19/12/2000;
- As vagas reservadas a pessoa com deficiência ou comprometimento de mobilidade devem ser dimensionadas de forma a garantir, tanto para o condutor quanto para o conduzido, o embarque e desembarque, bem como o acesso ao local de interesse.
- A sinalização deverá ser composta por sinalizações Verticais e Horizontais.

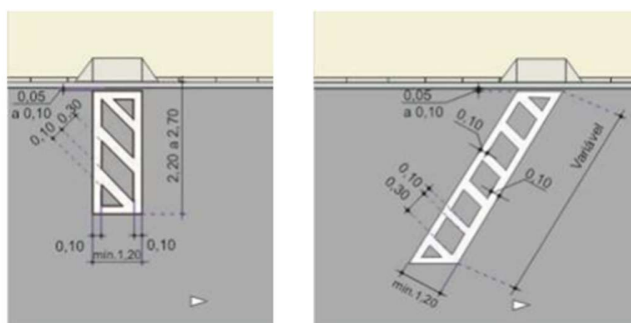
Sinalização Horizontal:

- Cada vaga reservada deve ser demarcada com a marca delimitadora (largura de 0,10m a 0,20m, na cor branca) de estacionamento regulamentado e com o Símbolo Internacional

de Acesso – SIA;

- Área de proteção de estacionamento: Trata-se de uma marca de canalização destinada a permitir o embarque e desembarque com segurança, da pessoa com deficiência com comprometimento da mobilidade. Deve estar sempre associada a marca delimitadora de estacionamento regulamentado. Deve possuir largura mínima de 1,20m e ser demarcada na cor branca, podendo ser compartilhada por 2 vagas e dispensada quando a vaga é adjacente a uma faixa de travessia de pedestres, ou quando a vaga tem largura mínima de 3,60m, conforme figura 2;

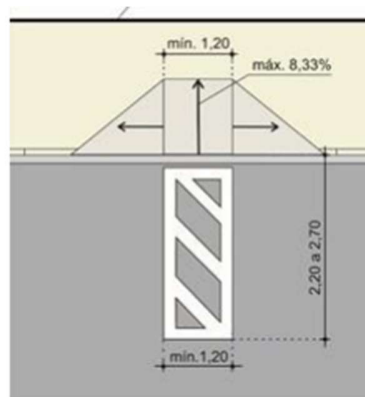
Figura 2 - MODELOS DE SINALIZAÇÃO DE MARCA DELIMITADORA.



FONTE: ANEXO I – RESOLUÇÃO 965/2022

- No caso de desnível entre a área de proteção de estacionamento e o passeio deve ser feito rebaixamento do piso com rampa de acesso e abas laterais. O rebaixamento deve estar associado a área de proteção de estacionamento. A rampa de acesso deve: ter largura mínima de 1,20m; ter inclinação constante e de no máximo 8,33%. A rampa de acesso não deve: apresentar desnível (degrau) na junção com a pista; possuir piso tátil de alerta. As abas laterais devem, sempre que possível, ter uma inclinação de 8,33%, admitindo-se nos casos de impraticabilidade uma largura mínima de 0,50m. No caso de interferências físicas com impossibilidade de remoção, tais como árvores, jardins, poços de visita, colunas e outros obstáculos, as abas podem ser dispensadas. A Figura 3 apresenta um rebaixamento padrão.

FIGURA 3 - MODELOS DE REBAIXAMENTO PADRÃO



FONTE: ANEXO I – RESOLUÇÃO 965/2022

Vaga especial para pessoa com deficiência ou com comprometimento de mobilidade:

- Deve ser demarcada com a marca delimitadora de estacionamento regulamentado e com o Símbolo Internacional de Acesso – SIA devendo sempre estar voltado para o lado direito. Nos casos em que é necessário dar contraste com o pavimento deve ser utilizado o SIA com orla.

FIGURA 4 - SÍMBOLO INTERNACIONAL DE ACESSO (SIA)



FONTE: ANEXO I – RESOLUÇÃO 965/2022

- A vaga, quando perpendicular, deve ter comprimento mínimo de 5,0m e largura mínima de 2,40m. O Símbolo Internacional de Acesso - SIA deve ser locado conforme demonstrado na figura 5:

FIGURA 5 – SINALIZAÇÃO VAGA PERPENDICULAR



FONTE: ANEXO I – RESOLUÇÃO 965/2022

Sinalização vertical:

- Fica a critério do órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via o uso do sinal vertical de regulamentação “Estacionamento Regulamentado” – R-6b, com a mensagem “COM CREDENCIAL” e Símbolo Internacional de Acesso- SIA, conforme desenho da Figura 6, podendo ser acrescentadas informações conforme desenho da Figura 7.

FIGURA 6 E 7 - MODELOS DE SINALIZAÇÃO VERTICAL DE REGULAMENTAÇÃO DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS DESTINADAS EXCLUSIVAMENTE A VEÍCULOS QUE TRANSPORTEM PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA E COM DIFICULDADE DE LOCOMOÇÃO, CONFORME RESOLUÇÃO 965/2022.

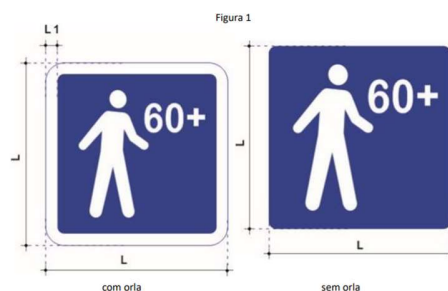


FONTE: ANEXO I – RESOLUÇÃO 965/2022

Vaga especial Idoso:

- Sinalização de vagas reservadas a pessoa idosa, deve ser demarcada com a marca delimitadora (largura de 0,10m a 0,20m, na cor branca) de estacionamento regulamentado e com o Símbolo “Idoso”, conforme figura 8.

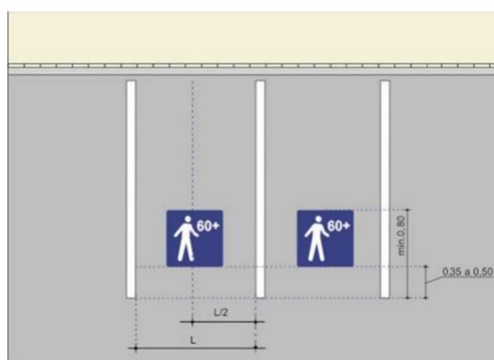
FIGURA 8 – SÍMBOLO “IDOSO”



FONTE: ANEXO I – RESOLUÇÃO 965/2022

- A vaga destinada ao idoso, quando perpendicular, deve ter largura mínima de 2,20 m e comprimento (L) variável. O símbolo Idoso deve ser locado conforme demonstrado nas Figuras 9.

FIGURA 9 – SINALIZAÇÃO DE VAGA PERPENDICULAR



FONTE: ANEXO I – RESOLUÇÃO 965/2022

Sinalização Vertical:

- Fica a critério do órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via o uso do sinal vertical de regulamentação R-6b - “Estacionamento Regulamentado”, com o Símbolo Idoso e com a mensagem “COM CREDENCIAL” conforme desenho da Figura 10, podendo ser acrescentadas informações, conforme exemplo da Figura 11.

FIGURA 10 E 11 – MODELOS DE SINALIZAÇÃO VERTICAL DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS DESTINADOS A IDOSOS, CONFORME RESOLUÇÃO 965/2022.



FONTE: ANEXO I – RESOLUÇÃO 965/2022

Possui estacionamento com acesso livre, na frente do estabelecimento, com algumas vagas não demarcadas. Pelo acesso dos fundos, o mesmo possui 2 vagas especiais demarcadas (PNE e Idoso), e algumas vagas comuns não demarcadas.

6.1.1. Principais Requisitos – Estacionamentos.

Dimensionamento em relação a quantidade de vagas especiais:

- ☐ 2% do total de vagas de estacionamentos, observando no mínimo a existência de 1 vaga deve ser reservado para uso de PNE, conforme Lei Federal nº10.098 de 19/12/2000.
- ☐ 5% do total de vagas de estacionamento deve ser reservada para uso de Idosos, conforme Lei Estadual nº12.548 de 27/02/2007.

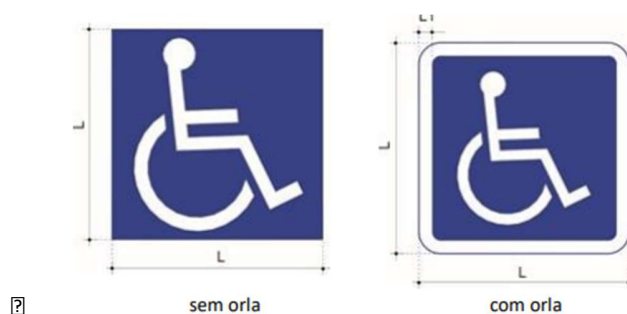
Exigências em relação a localização das vagas:

- ☐ As vagas PNE devem ser posicionadas próximas aos acessos de circulação de pedestres, conforme Lei Federal nº10.098 de 19/12/2000.
- ☐ As vagas para Idosos devem ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade ao idoso, conforme Lei Estadual nº12.548 de 27/02/2007.

- As vagas especiais devem compor a rota acessível, na impossibilidade de execução da rota entre o estacionamento e acessos. Vagas especiais (PNE e Idosos) serão previstas a distâncias de no máximo 50 (m) de acesso acessível, conforme item 6.2.4 da NBR 9050/2021.

Exigências em relação a sinalização das vagas:

- As vagas PNE devem ser devidamente sinalizadas, conforme Lei Federal nº10.098 de 19/12/2000.
- As vagas reservadas para veículos especiais devem ser demarcadas e sinalizadas com o símbolo internacional de acesso ou a descrição de idoso, aplicado na vertical e horizontal, conforme item 5.5.2.3.1 da NBR 9050/2021.
- As vagas reservadas para PNE em vias e logradouros públicos devem ser sinalizadas conforme resoluções do Contran. As que não estejam localizadas nessas condições deverão possuir além da demarcação horizontal, sinalização vertical conforme a figura 66 (ver figura 2), item 5.5.2.3.2 da NBR 9050/2021.



- A borda inferior das placas instaladas deve ficar a uma altura livre entre 2,10 e 2,50 m, em relação ao solo, conforme item 5.5.2.3.3, da NBR 9050/2021.

FIGURA 2 – Sinalização vertical para vagas PNE, não localizadas em vias e logradouros públicos (Fonte: NBR 9050/2021).

6.1.2. Parecer geral – Estacionamentos.

O estacionamento dos fundos atende aos requisitos quanto ao número mínimo de vagas especiais e à localização das mesmas. A demarcação das vagas encontram-se desgastadas, e a sinalização vertical deteriorada. Por outro lado, o estacionamento da frente não reserva vagas especiais e, portanto, não atende ao número mínimo necessário.

Seguem requisitos não atendidos no estacionamento público.

- ☐ A demarcação encontra-se desgastada, e sinalização vertical deteriorada (ver foto 2).
- ☐ Não possui reserva de vagas especiais no estacionamento da frente.



?





FOTO 2 A 4 – VAGAS SEM DEMARCAÇÃO

6.1.3. Adequações a serem realizadas – Estacionamentos.

- ❑ Executar a manutenção da demarcação das vagas especiais, conforme item 5.5.2.3.1 da NBR 9050/2021 (ver figuras 2 à 4).
- ❑ Executar a demarcação e sinalização especiais das vagas no estacionamento da frente, conforme item 5.5.2.3.1 da NBR 9050/2021 (ver figuras 2 à 4).

6.2. CIRCULAÇÃO EXTERNA E TRAVESSIA DE PEDESTRES:

O passeio público em frente ao imóvel é irregular, sem pavimentação adequada, com dimensões menores que as mínimas exigidas. O passeio público do lado oposto também é irregular, sem pavimentação adequada, não existem calçadas de acesso. Em frente ao acesso principal a edificação ora analisada, não existe faixa para travessia de pedestres.

6.2.1. Principais Requisitos – Travessia de pedestres.

As calçadas são essenciais para a segurança e acessibilidade dos pedestres, permitindo que eles caminhem com segurança ao lado das vias de tráfego, como forma de proteção a vida humana. A seção 6.12 da NBR 9050/2021, trata das questões relativas a circulação externa, como calçadas (passeio público), e faixas de travessia.

O item 6.12.3 da NBR em questão, estabelece as dimensões mínimas de calçadas, sendo que fica definido uma faixa de serviço com no mínimo 0,70 m., para acomodação de mobiliários urbanos, canteiros, árvores, postes e sinalização; uma faixa livre de no mínimo 1,20 m. de largura e 2,10 m. de altura, e inclinação transversal máxima de 3%, exclusiva para circulação de pedestres. E ainda, uma faixa de acesso, que somente é possível ser adotada em calçadas com largura superior a 2,00 m., estas destinadas a rampas de acesso a lotes lindeiros a serem executadas com autorização do município em lotes existentes, conforme figura 88 da NBR 9050/2021 (ver figura 5).

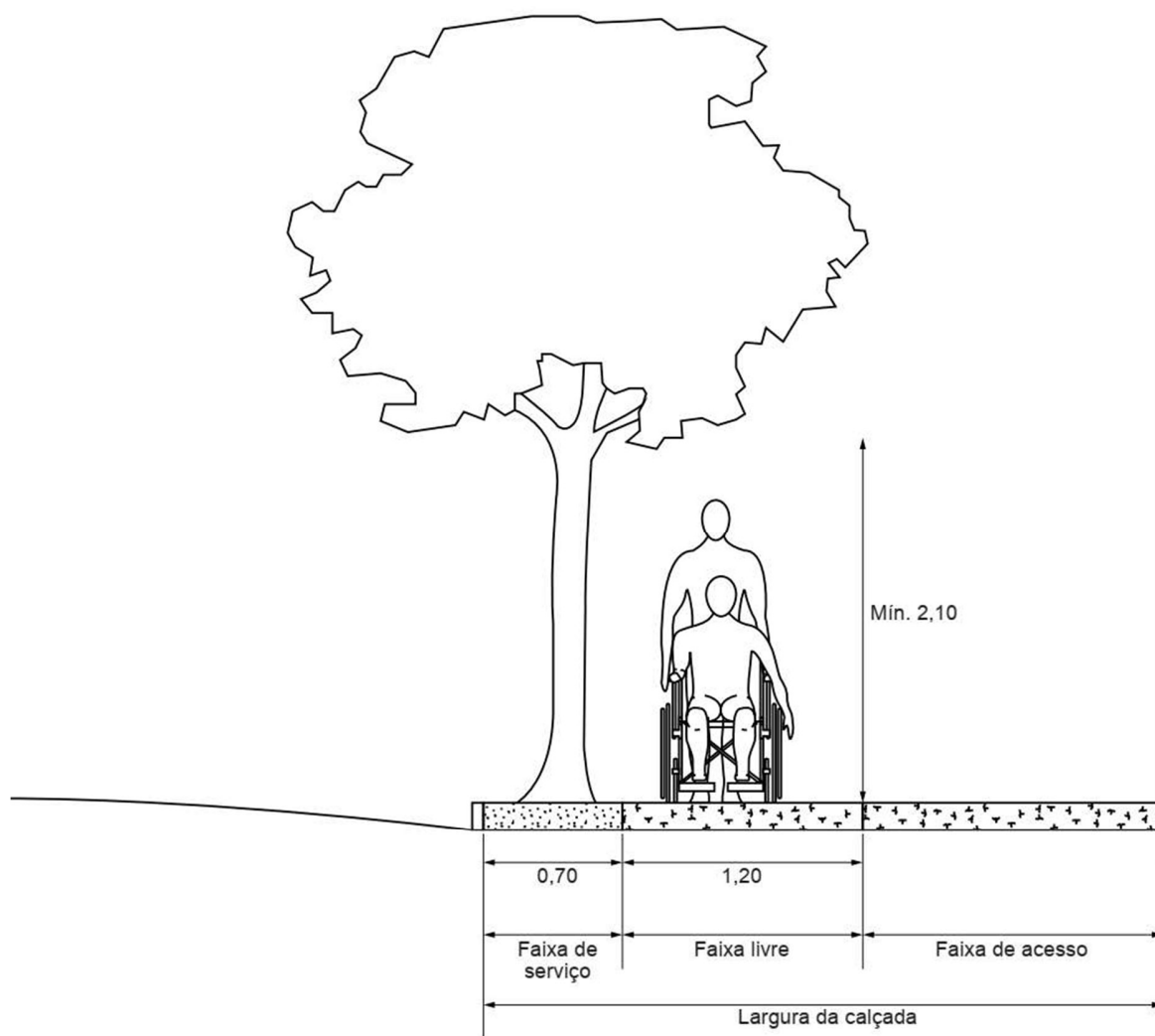


Figura 88 – Faixas de uso da calçada – Corte

FIGURA 5 – Detalhe das faixas de uso de calçadas (Fonte: NBR 9050/2021).

O item 6.12.7 da NBR 9050/2021, define que as faixas de travessia de pedestres pode ser de 3 tipos com redução do percurso de travessia, conforme figura 91 da NBR 9050/2021 (ver figura 5); elevada, conforme figura 92 da NBR 9050/2021 (ver figura 6); ou com rebaixamento de calçadas, conforme figura 93 da NBR 9050/2021 (ver figura 7).

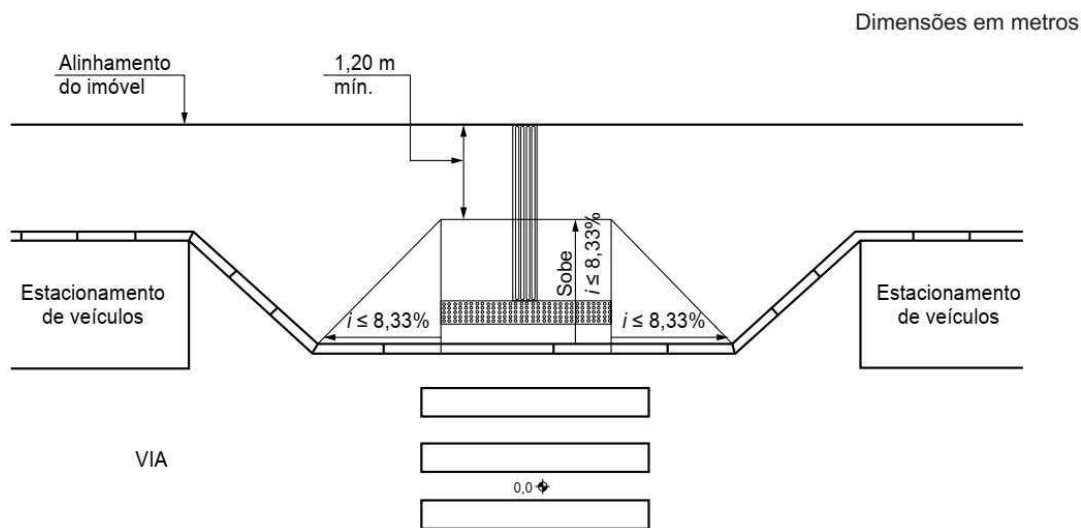


Figura 91 – Redução do percurso de travessia – Exemplo – Vista superior

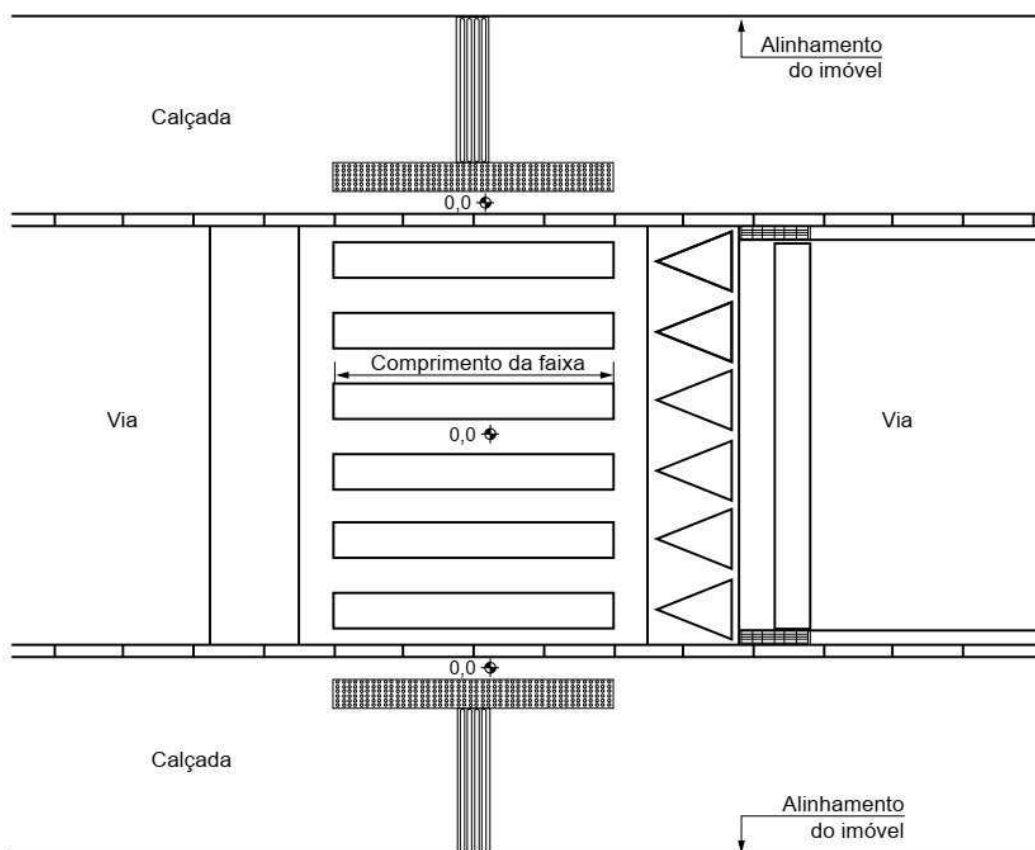


Figura 92 – Faixa elevada para travessia – Exemplo – Vista superior

FIGURAS 6 E 7 – Modelo de faixas de travessia (Fonte: NBR 9050/2021).

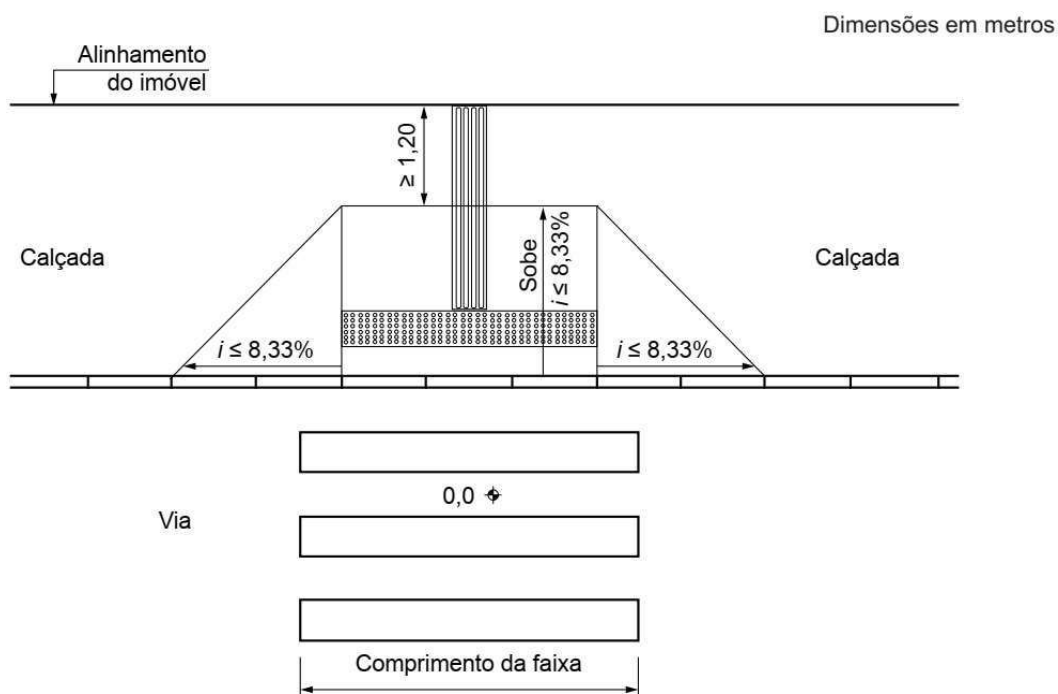


Figura 93 – Rebaixamentos de calçada – Vista superior

FIGURA 8 – Detalhe rebaixamento de calçada (Fonte: NBR 9050/2021).

Quanto ao rebaixamento de calçadas, ele também pode ser executado entre canteiros, conforme figura 95 da NBR (ver figura 8). Ou também com redução de percurso para calçadas estreitas, conforme figura 96 da NBR (ver figura 9).

Fica estabelecida a largura mínima de 1,50 m nos rebaixamentos das calçadas, conforme item 6.12.7.3 da NBR.

Observamos também o conteúdo do item 6.12.7.3.1, estabelece que não pode haver desnível entre o término do rebaixamento da calçada e o leito carroçável (onde a inclinação transversal for superior a 5%), nessas condições deve se executar uma faixa de acomodação, conforme figura 94 da NBR (ver figura 10).

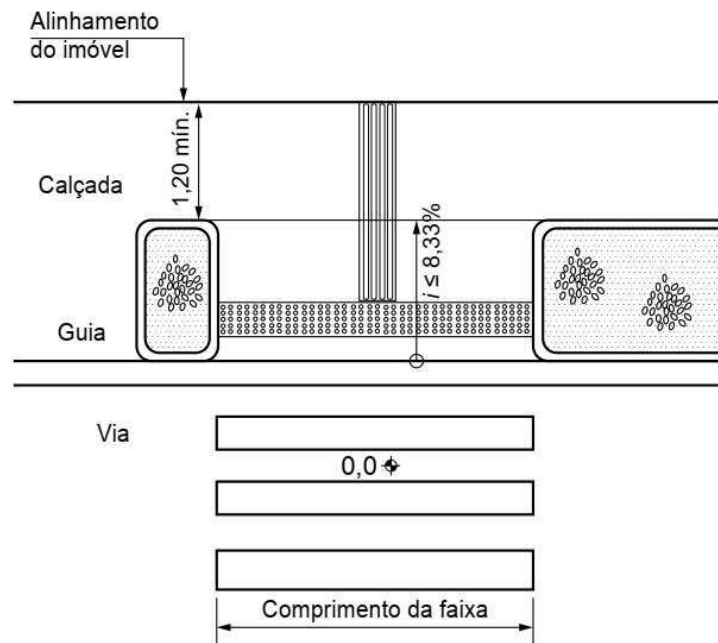


Figura 95 – Rebaixamentos de calçada entre canteiros – Vista superior

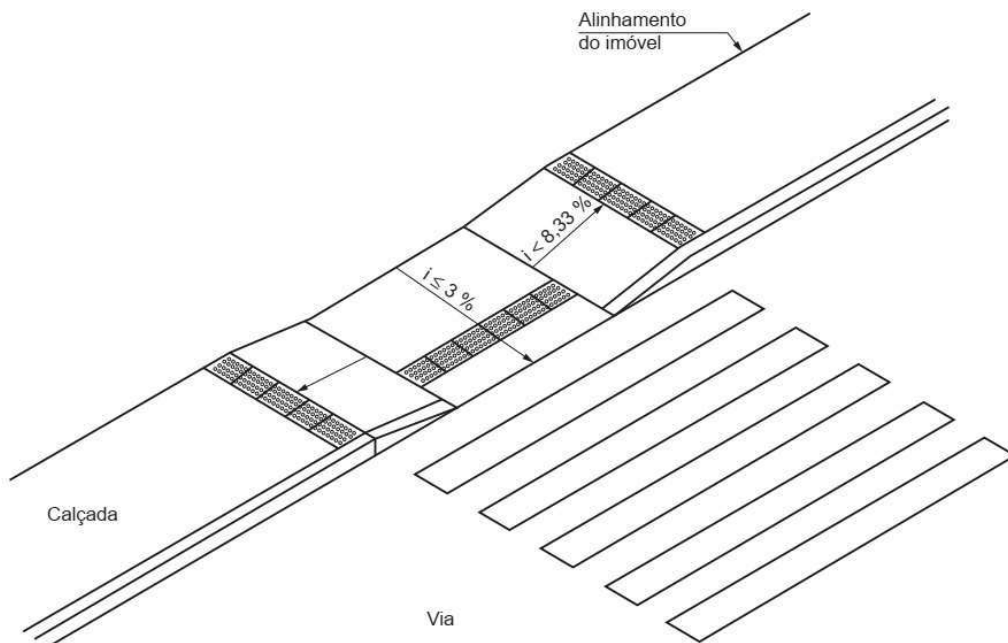


Figura 96 – Rebaixamentos de calçadas estreitas

FIGURAS 9 E 10 – Detalhes rebaixamentos de calçadas (Fonte: NBR 9050/2021).

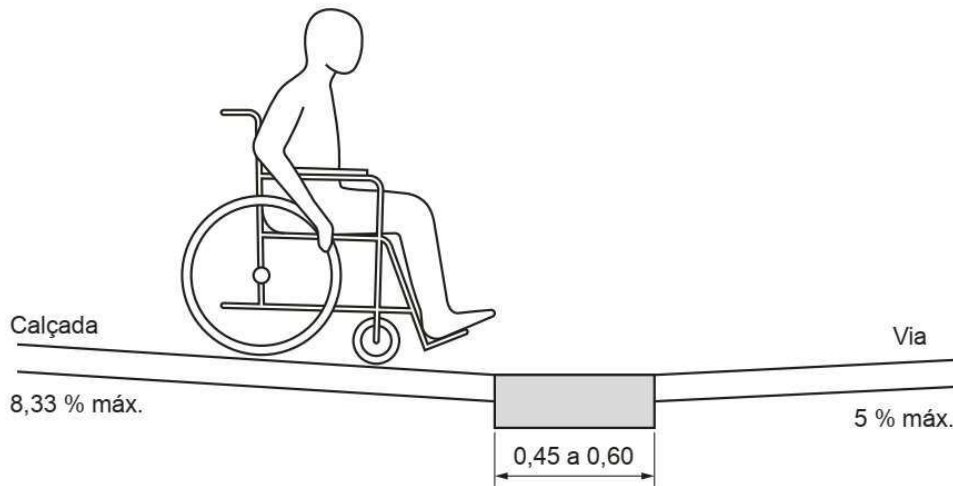


Figura 94 – Faixa de acomodação para travessia – Corte

FIGURA 11 – Detalhes faixa de acomodação para travessia (Fonte: NBR 9050/2021).

Quanto a condição do revestimento dos pisos de calçadas, observamos que devem ser de superfície regular, firme, estável e não trepidante para dispositivos com rodas e antiderrapante, conforme item 6.3.2 da NBR 9050/2021.

6.2.2. Parecer geral – Travessia de pedestres.

Não existem calçadas do lado oposto a edificação, e a calçada do acesso a edificação está em dimensão menor do que a NBR 9050/2021 permite, e ainda não possui uma superfície regular, firme, estável e não trepidante. Observamos também a inexistência de faixa de travessia de pedestres.

Seguem requisitos que não são atendidos na circulação externa e travessia de pedestres.

- ☐ Inexistência de calçadas,
- ☐ Dimensões mínimas em desacordo
- ☐ Superfície irregular.

- ☐ Inexistência de faixa de travessia de pedestres.
- ☐ Inexistência de sinalização de trânsito em relação a travessia de pedestres e área escolar.

6.2.3. Adequações a serem realizadas – Travessia de pedestres.

- ☐ Execução e alargamento calçadas, definindo a faixa de circulação, conforme item 6.12.3, bem como revestimento dos pisos das calçadas, conforme item 6.3.2 (NBR 9050/2021), ver figura 5.
- ☐ Execução de faixa de travessia de pedestres, bem como, de rebaixamento de calçada. Conforme características do local recomenda-se a execução de redução do percurso de travessia (ver figura 5), ou rebaixamento de calçadas estreitas (ver figura 9).
- ☐ As situações acima mencionadas devem seguir as diretrizes municipais, visto que podem envolver a desapropriação de áreas particulares.

6.3. ACESSO E CIRCULAÇÃO:

O acesso e a circulação na edificação, é garantido por meio de rotas acessíveis, que se inicia no acesso à edificação interna, orientando o usuário a acessar os pontos de interesse.

6.3.1. Principais Requisitos – Acesso e circulação.

Entradas e rotas acessíveis, conforme item 6.2 da NBR 9050/2021:

- ☐ Todas as entradas, bem como rotas de interligações às funções da edificação, devem ser acessíveis. Tendo a ressalva que na adaptação de edificações, na impossibilidade técnica de garantia de acessibilidade em todos os acessos, deve-se garantir a acessibilidade pelo menos no acesso principal.
- ☐ Deve ser prevista a sinalização informativa e direcional da localização das entradas e saídas acessíveis.

O item 10.15.1 e 10.15.2 da NBR 9050/2021, especifica condições para escolas, em relação a rota acessível e acesso.

- Entrada de alunos preferencialmente na via de menor tráfego de veículos.
- Deve haver rota acessível interligando o aluno a todas as dependências, todos os ambientes tem de ser acessíveis.

Sobre a circulação nas rotas acessíveis, observa-se o disposto no item 6.3 da NBR 9050/2021:

- Neste item são dispostas as exigências em relação ao tipo de circulação horizontal e vertical; e condições gerais em relação a revestimento, inclinação e desnível; entre outros.

Em relação a circulação interna, também observa-se o disposto no item 6.11 da NBR 9050/2021:

- São dispostas as exigências em relação a largura e dimensionamento de corredores e portas.

Exigências quanto a sinalização são dispostas no item 5.4.1 e 5.4.2 da NBR 9050/2021:

- As portas e passagens devem possuir informação visual, associada a sinalização tátil ou sonora, devendo ser sinalizadas com números e/ou letras e/ou pictogramas e ter sinais com textos em relevo. Também são dispostos os detalhes em geral quanto a instalação destas sinalizações.

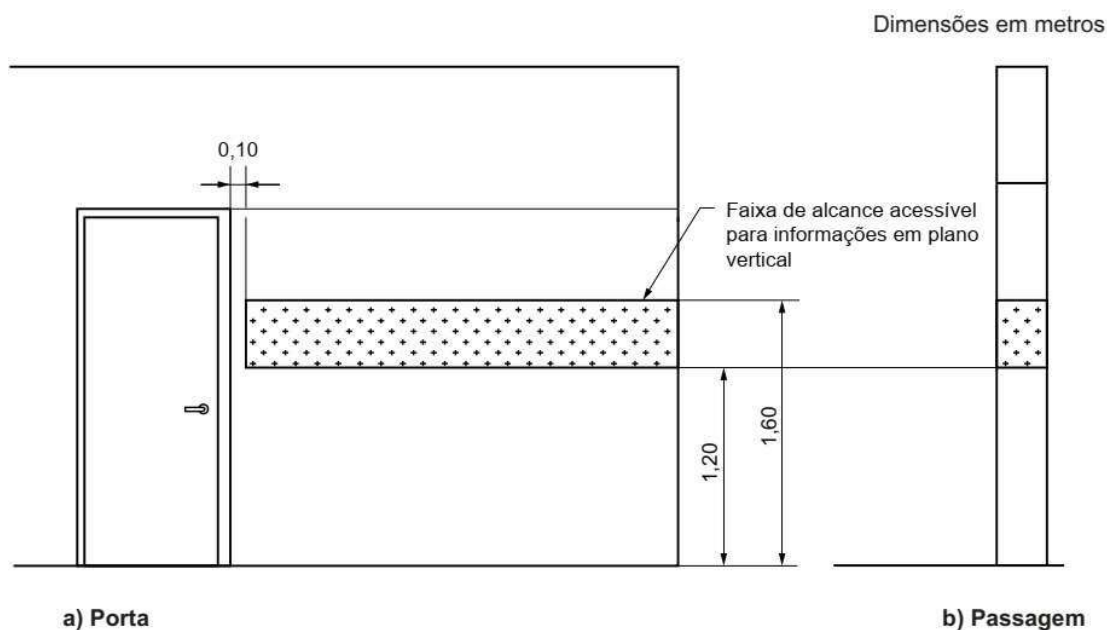


Figura 59 – Sinalização de portas e passagens – Faixa de alcance acessível

FIGURA 12 – Faixa de sinalização acessível para portas e passagens (Fonte: NBR9050/2021).

- Devem ser previstos planos e mapas acessíveis, constituídos de representações visuais, táteis e/ou sonoras, para orientação de lugares e rotas.

6.3.2. Parecer geral – Acesso e circulação.

A edificação analisada atende aos principais requisitos em relação a acessos e circulação, tais como, rotas acessíveis, transposições verticais, revestimentos, inclinações e desníveis; além de largura de corredores e portas; possui sinalização visual em braille de identificação nas portas. Ressaltando os itens a serem adequados conforme descritos neste Laudo.

Possui a sinalização de portas e passagens. Quanto a sinalização informativa e direcional das entradas e saídas acessíveis, bem como, planos e mapas acessíveis, informamos que além da sinalização aplicada o edifício dispõe de acessibilidade receptiva.





FOTOS 3 E 4 – SINALIZAÇÃO DAS PORTAS E PASSAGENS (Fonte: Tobias Soares Bádue).

Seguem requisitos que não são atendidos.

- ❑ Dentro das instalações internas, é necessário revisar o piso tátil direcional instalado, pois ele apresenta obstruções, parte foi removida e sua orientação está incorreta em relação ao bebedouro – que é o objetivo de sua indicação (ver foto 5). E ainda há trechos que estão faltando peças, ou ainda foram removidas para desviar de alguma obstrução. Sem rota de acesso da área de circulação interna ao ambiente da quadra esportiva (ver foto 7).
- ❑ O piso tátil direcional instalado encontra-se em desconformidade com a NBR 9050/2021, uma vez que o mesmo é recomendado no sentido do deslocamento das pessoas, quando da ausência ou descontinuidade de linha-guia identificável, em ambientes internos ou externos, para indicar caminhos preferenciais de circulação (ver foto 6).
- ❑ Rampa com piso tátil de alerta em desconformidade (ver foto 8).
- ❑ Desnível no acesso a área de circulação interna (ver foto 10).
- ❑ O acesso pela Rua Lopes Rios não é acessível, trecho da rampa com inclinação maior que o permitido em norma, inexistência de corrimãos e sinalização (ver foto 9).
- ❑ Quanto ao acesso principal pela frente do imóvel, a transposição de nível só oferece uma opção, que é por meio de rampa. Devendo oferecer uma segunda alternativa de transposição para que o acesso seja considerado acessível (ver foto 8).





6.3.3. Adequações a serem realizadas – Acesso e circulação.

- ❑ Remoção de piso tátil direcional instalado que encontra-se em desconformidade com a NBR 9050/2021 (ver foto 6).
- ❑ Remoção de piso tátil de alerta instalado na transposição de portas em desconformidade com a NBR 9050/2021 (ver foto 5).
- ❑ Adequação da sinalização por piso tátil nas áreas de interesse, atendendo o item 5.4.6 da NBR 9050/2021 (ver foto 7) e a execução da instalação correta dos mesmos.
- ❑ Adequação da sinalização composta por piso tátil na rampa no acesso principal, a faixa de piso tátil deve ser complementada conforme a largura total da rampa, atendendo o item 5.4.6 da NBR 9050/2021.
- ❑ Deve ser executada rampa com patamar (foto 10), formando um degrau para acesso ao patamar e ao piso. Dessa maneira, atendendo ao item 6.3 da NBR 9050/2021, que considera acessível o piso que atende a duas formas de deslocamento vertical (nesse caso pela rampa e degrau). A rampa deve ser executada com inclinação longitudinal de 5% ou menos, dessa maneira, não sendo necessária a execução de guarda corpo, corrimãos e guia de balizamento. Prever a colocação de piso tátil antes do início e final da rampa, e nas extremidades que formarem os degraus (no patamar e abaixo dele), atendendo ao disposto no item 6.6 da NBR 9050/2021.
- ❑ Adequação do acesso pela Rua Lopes Rios, adequando a inclinação do trecho de rampa desconforme, atendendo a seção 6.6 da NBR 9050/2021; executando guarda corpo em conformidade com a seção 6.9 da NBR, e adequando a sinalização atendendo ao item 5.4.6 da NBR.
- ❑ Adequar a rampa no acesso principal, executando patamar em frente a porta de acesso, e escada para acesso ao patamar, além do acesso ao patamar por rampa, atendendo o item 6.3 da NBR 9050/2021, que considera acessível o piso que prevê duas formas de deslocamento vertical.

6.4. ESCADAS E RAMPAS:

Existe uma rampa no acesso principal, e outra rampa no acesso pela Rua LopesRio (ver fotos 8 e 9).

6.4.1. Principais Requisitos – Escadas e rampas.

Dimensionamento geral das rampas, conforme item seção 6.6 da NBR9050/2021:

- Fica estabelecida a largura recomendável de 1,50, sendo admitido 1,20; e até 0,90 (m), para adaptações em edificações existentes.
- Inclinações e números de lances são dispostos nas tabelas de dimensionamento da NBR 9050/2021.

Corrimãos e guarda corpos, conforme item 6.9 da NBR 9050/2021:

- Questões quanto a rigidez e segurança.
- Dimensionamento, em caso de escadas pode ser instalado corrimão duplo único (intermediário em caso de escadas com largura superior a 2,40); altura de instalação a 0,70 e 0,92 (m); em degrau isolado prever barra horizontal ou perpendicular com no mínimo 0,30, a 0,75 do seu eixo ao piso (m).
- Continuidade e ininterrupção do corrimãos, e no caso dos corrimãos laterais, avanço de 0,30 (m) paralelamente em direção ao patamar em ambas as extremidades (sem prejudicar a circulação).
- Na ausência de paredes laterais, prever elementos de segurança, como guarda-corpos e guia de balizamento.

Guia de balizamento, conforme item 6.6.3 da NBR 9050/2021.

- Em alvenaria ou outro material, conforme figura 72 da referida NBR (ver figura 12).

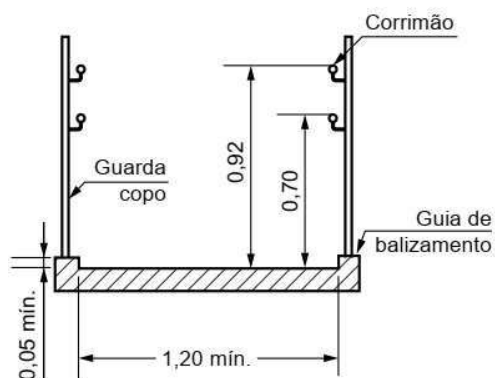


Figura 72 – Guia de balizamento

FIGURA 1 – Detalhes Guia de Balizamento (Fonte: NBR 9050/2021).

Sinalização, conforme seção 5 da NBR 9050/2021.

- Os corrimãos devem ter sinalização tátil (caracteres em relevo e em Braille), identificando o pavimento.
- Sinalizações visuais em degraus, sendo fotoluminescente ou retroiluminada, em rota de fuga; igual ou maior que a projeção dos corrimãos laterais, com no mínimo 7 de comprimento e 3 de largura (cm).
- Sinalização tátil e visual de alerta, no início e fim dos lances de escadas e rampas.

6.4.2. Parecer geral – Escadas e rampas.

A rampa no acesso principal atende a questão quanto a inclinação, guarda corpos e corrimãos, não possui guia de balizamento. E além disso, deve adequada conforme situação exposta na seção anterior, de forma a criar um patamar em frente a porta, onde também poderá ser executada uma escada, garantindo duas formas de deslocamento vertical. Dessa forma, não serão apontados requisitos não atendidos, uma vez que a rampa deve ser redimensionada.

A rampa no acesso secundário não atende aos requisitos quanto ao dimensionamento, sendo que deverão ser previstas adequações, quanto a inclinação, guarda corpos e corrimãos, guia de balizamento e sinalização desses elementos.

Seguem requisitos não atendidos.

Acesso secundário.

- ☐ Rampa com inclinação superior a 8,33%.
- ☐ Guarda corpos e corrimãos não executados.
- ☐ Não possui guia de balizamento.
- ☐ Sinalização tátil nos corrimãos.

6.4.3. Adequações a serem realizadas – Escadas e rampas.

- ☐ Execução de guarda corpos, corrimãos e guias de balizamento em toda extensão da rampa, conforme item 6.6.3 e 6.9 da NBR 9050/2021 (ver figuras 12 e 13).
- ☐ Correção da inclinação da rampa, seguindo item 6.6.2.1 em que as rampas devem ter inclinação de acordo com os limites estabelecidos na Tabela 6 da NBR 9050/2021 (ver tabela 1). Para inclinação entre 6,25 % e 8,33 %, é recomendado criar áreas de descanso (6.5.) nos patamares, a cada 50 m de percurso. Em reformas, quando esgotadas as possibilidades de soluções que atendam integralmente à Tabela 6, podem ser utilizadas inclinações superiores a 8,33 % (1:12) até 12,5 % (1:8), conforme Tabela 7 (ver tabela 2).

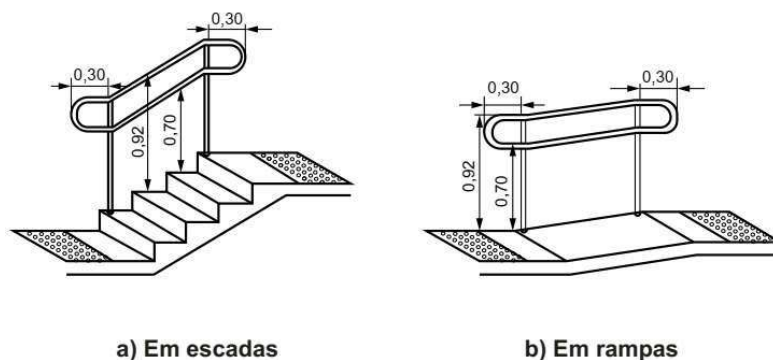


Figura 76 – Corrimãos em escada e rampa

FIGURA 13 – Detalhe do corrimão (Fonte: NBR 9050/2021).

Tabela 6 – Dimensionamento de rampas

Desníveis máximos de cada segmento de rampa h m	Inclinação admissível em cada segmento de rampa i %	Número máximo de segmentos de rampa
1,50	5,00 (1:20)	Sem limite
1,00	$5,00 (1:20) < i \leq 6,25 (1:16)$	Sem limite
0,80	$6,25 (1:16) < i \leq 8,33 (1:12)$	15

TABELA 1 – Dimensionamento de rampas (Fonte: NBR 9050/2021).

Tabela 7 – Dimensionamento de rampas para situações excepcionais

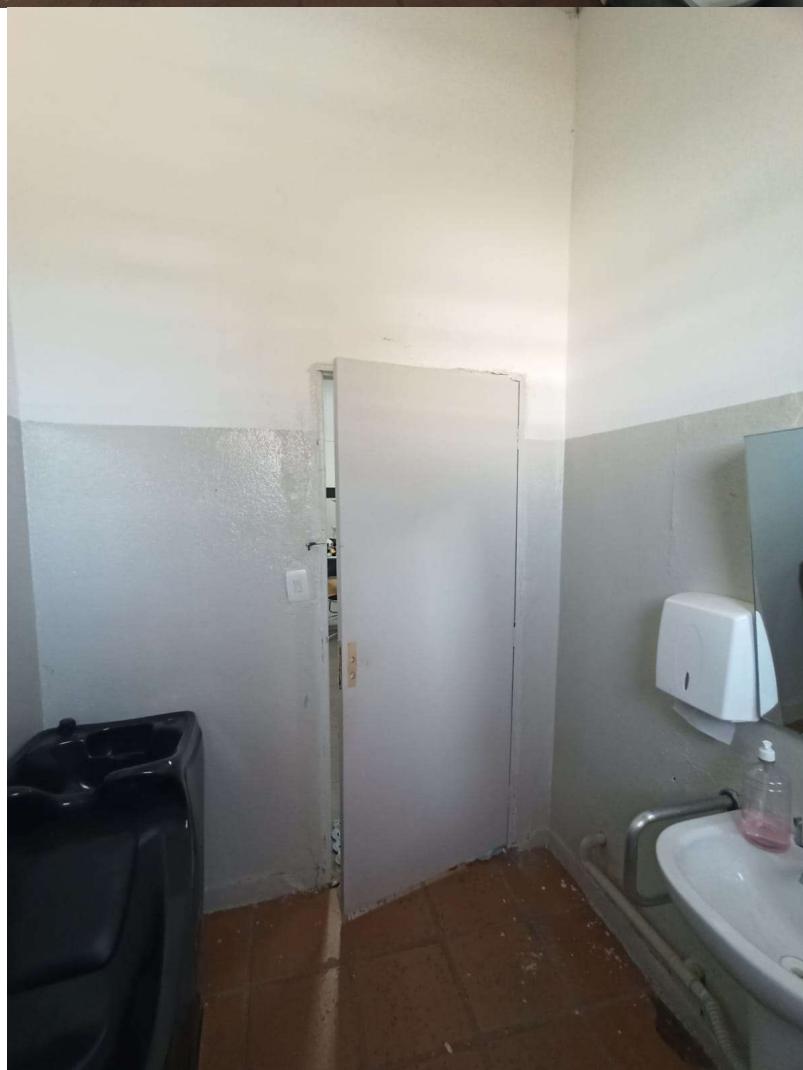
Desníveis máximos de cada segmento de rampa h m	Inclinação admissível em cada segmento de rampa i %	Número máximo de segmentos de rampa
0,20	$8,33 (1:12) < i \leq 10,00 (1:10)$	4
0,075	$10,00 (1:10) < i \leq 12,5 (1:8)$	1

TABELA 2 – Dimensionamento de rampas (Fonte: NBR 9050/2021).

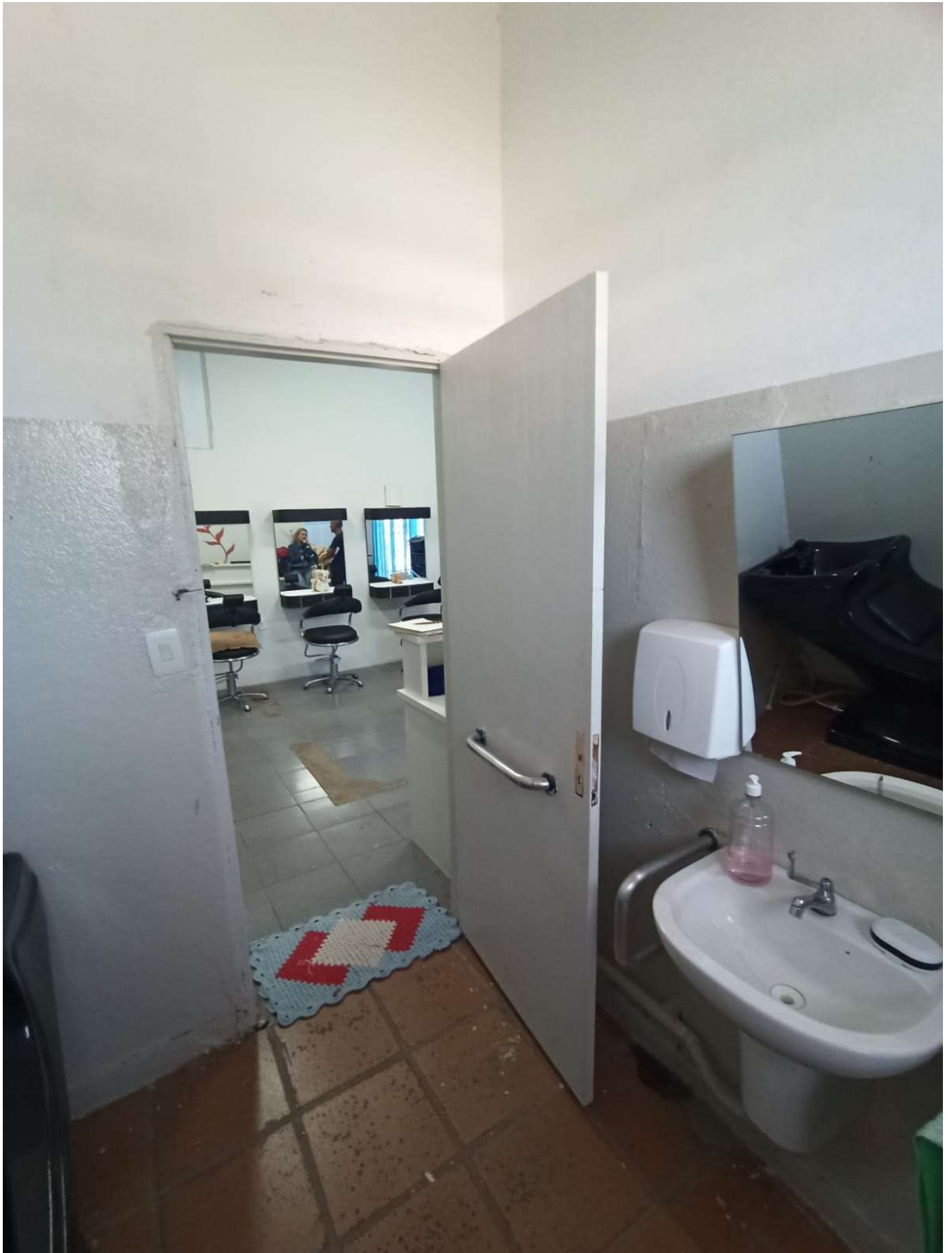
- ☐ Executar a sinalização tátil nos corrimãos prevendo também a sinalização em relevo dos caracteres, além do sistema braile.

6.5. BANHEIROS:

A edificação possui dois banheiros acessíveis de acesso independente, sendo um feminino e um masculino.













FOTOS 11 A 17 – BANHEIROS – INTERNO – AJUSTAR BACIA, BARRAS DE APOIO E ACESSÓRIOS NO GERAL

6.5.1. Principais Requisitos – Banheiros.

Exigências quanto a localização, conforme item 7.3 da NBR 9050/2021:

- ☐ Devem ser localizados em rotas acessíveis próximos a circulação principal.

Dimensionamento quanto a quantificação, conforme item 7.4.3 e Tabela 9 da NBR 9050/2021.

- ☐ Nos edifícios públicos, existentes, deve ser previsto um sanitário acessível, com acesso independente por pavimento.

Quanto a dimensão dos sanitários acessíveis, seguir o contido no item 7.5 da NBR 9050/2021.

- ☐ O referido item estabelece além das dimensões o posicionamento das peças sanitárias e barras, bem como, das áreas de transferência, área de manobra, entre outros.

Demais itens da seção 7 da NBR 9050/2021, estabelece todos os requisitos a serem observados em relação aos elementos que compõe a execução do banheiro acessível.

6.5.2. Parecer geral – Banheiros.

A edificação possui dois banheiros acessíveis, com dimensões atendidas. Seguem requisitos que não são atendidos.

- ☐ Os puxadores horizontais das portas dos banheiros foram removidos.
- ☐ Não possui cabide e porta objetos.

- ❑ O sistema de alarme de emergência está incompleto.

6.5.3. Adequações a serem realizadas – Banheiros.

- ❑ Instalação de puxador horizontal, no lado oposto ao da abertura da porta, associado à maçaneta, conforme especificado em 6.11.2.7 (ver Figura 14).

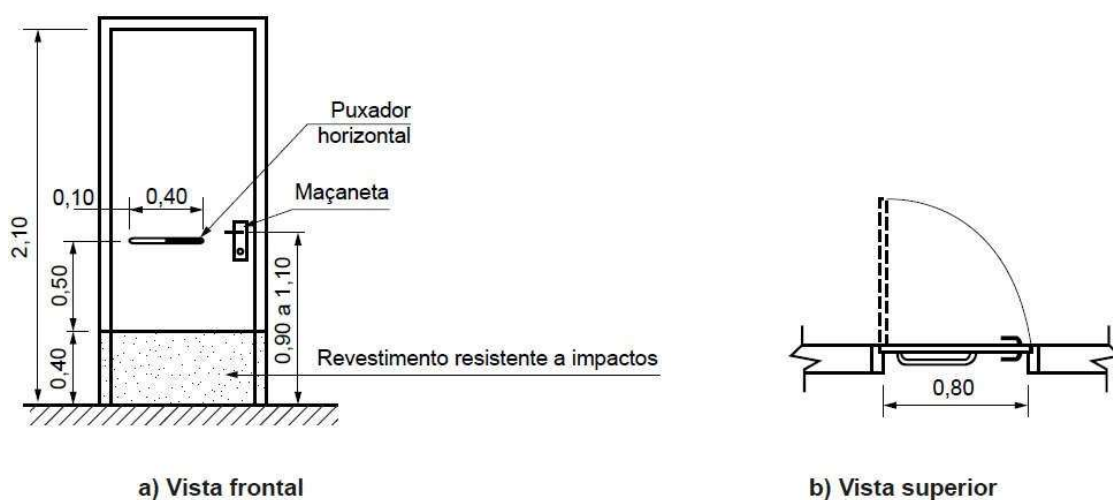


Figura 84 – Portas com revestimento e puxador horizontal

FIGURA 14 – Puxador horizontal (Fonte: NBR 9050/2021).

- ❑ Prever a instalação de cabide e porta objetos, conforme os itens 7.11.13 e 7.11.14 e figura 121 da NBR 9050/2021. Os mesmos devem ser instalados a 0,80 a 1,20 (m) do piso acabado. O porta objetos deve ser instalado em local que não interfira nas áreas de transferência e manobra, e deve ter profundidade máxima de 0,25 m, não pode ter cantos agudos e superfícies cortantes ou abrasivas; não é recomendável a instalação do mesmo atrás da portas (ver figura 15).

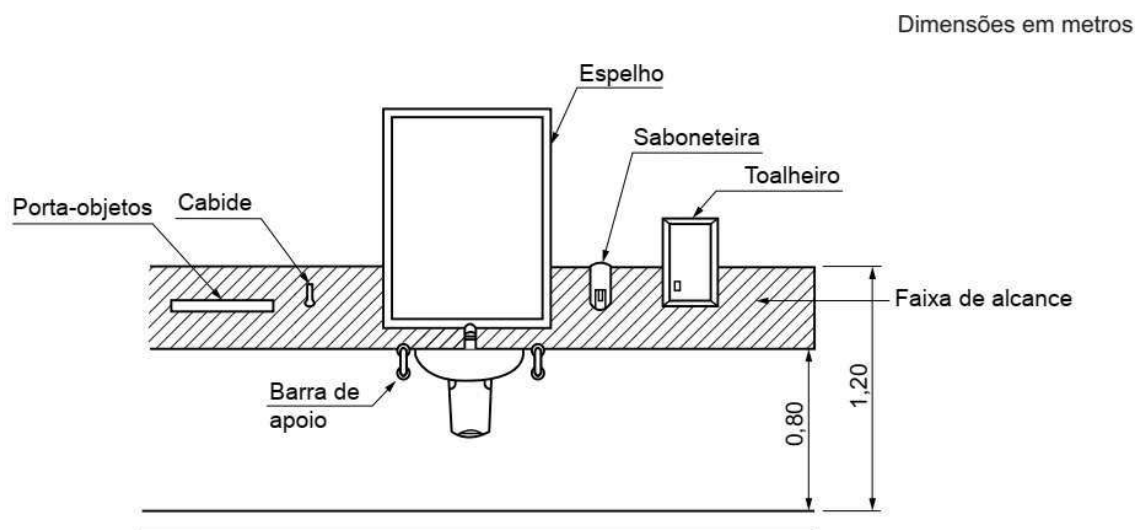


Figura 121 – Faixa de alcance de acessórios junto ao lavatório – Vista frontal

FIGURA 15 – Esquemático instalação de acessórios (Fonte: NBR 9050/2021).

- ☐ Prever a instalação completa do sistema de alarme de emergência, atendendo a disposto no item 5.6.4.1 da NBR 9050/2021, bem como observando todos os detalhes em relação a instalação conforme seção 5.6 da referida norma.

6.6. MOBILIÁRIO:

Em escolas todo local deve ser acessível, garantindo a área de aproximação, manobra e faixas de alcance manual, visual e auditivo, conforme itens 10.15.5 e 10.15.8 da NBR 9050/2021.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

As situações apresentadas neste laudo representam a situação no dia da respectiva vistoria, podendo haver alterações das condições em função de modificações ocorridas após a mesma.

42

8. ENCERRAMENTO:

Este Laudo é composto de 46 folhas, e assinado pelo responsável técnico pela elaboração.

São Paulo, 29 de Agosto de 2024.